



ESTADO DE GOIÁS  
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

☐ Pauta da Reunião

Data: 11 de junho de 2014 às 14h30min – Sala de reunião do Conselho Estadual de Educação – Rua 5 n° 833 – 5° andar – Ed. Palácio de Prata – Praça Tamandaré – Setor Oeste.

*Pauta:*

1. Leitura da Ata do dia 30 de abril de 2014;
2. Avisos e Recados;
3. Encaminhamento do grupo de estudos do “fiscal voluntário”;
4. Índice de Transparência – Associação Contas Abertas – posição do portal Goiás transparente;
5. Apresentação do TCU sobre os índices de avaliação da efetividade das ações governamentais.

☐ Desenvolvimento da Reunião

Aos 11 dias do mês de junho do ano de 2014, às 14h50min, teve início em primeira convocação na Sala de Reunião do Conselho Estadual de Educação contando com a presença de 13 de seus membros, sob a Presidência do Senhor Adauto Barbosa Júnior, a Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, que agradeceu a Deus e aos presentes, em seguida leu a pauta do dia. Em atendimento ao primeiro ponto da pauta referente à leitura da Ata de Reunião do dia 30 de abril de 2013, o Presidente lê as considerações do Conselheiro René de Rossini Rossi enviada antecipadamente por email, sem nenhuma manifestação dos demais o documento foi aprovado, e encaminhado para coleta de assinaturas. No momento reservado aos Avisos e Recados o Presidente esclarece que a CGE decidiu não implantar o Projeto do Ouvidor voluntário em função da proximidade com as eleições, mesmo com o parecer favorável da PGE, em função das inúmeras outras tarefas consideradas prioritárias da CGE, ficando a implantação

*Assinaturas manuscritas em azul:*  
C. F. ...  
Paul ...  
J.R. ...  
...  
...  
...





ESTADO DE GOIÁS  
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

adiada para após este período. O Presidente informa que por meio de Ofício a Universidade Federal de Goiás comunicou que mantém a intenção de participar do Conselho, justificando a ausência de seu representante em função de tarefas prioritárias na instituição. O Conselheiro Eduardo, menciona o email compartilhado pelo Conselheiro Dr. Hélio Telho sobre a manifestação de uma jornalista do Jornal O Popular, que possui dois pedidos da LAI, um junto à Secretaria da Casa Civil e outro junto à Agência Goiana de Esporte e Lazer (AGEL). O Presidente esclarece que o primeiro ainda está dentro do prazo legal para resposta e será respondido no dia de hoje e o outro da AGEL, conforme informação do Ouvidor-Geral do Estado está com o prazo vencido, mas em função de problemas na AGEL com o interlocutor da LAI naquele órgão, encontra-se em atraso e a CGE está tomando providências junto ao órgão. No terceiro ponto da pauta, referente ao grupo de estudos do Fiscal Voluntário, o Presidente pontua que há uma preocupação quanto à inserção deste projeto no Portal Goiás Transparente, porque se trata de uma questão privada dentro de um site de governo, cita que não se vê a inserção de organizações privadas em outros sites governamentais, como por exemplo, o da CGU, e esclarece que a sua posição como Secretário da CGE é não acatar este projeto. O Conselheiro Waldir Leite Queiroz diz que pode estar havendo um mal entendido a respeito do projeto e ainda, que não se está sendo levado nada privado para dentro do site da CGE, mas que o apresentado foi a idéia, e que o grupo de estudo foi proposto com esse intuito, e que como Presidente da ONG, pode assegurar que a sistemática criada é fantástica, e que não sabe porque ela é tão difícil de compreender. Informou que já esteve reunido com o Sr. Eduardo, e que em breve será apresentado o projeto, e ressalta novamente que em nenhum momento existe a intenção de inserir algo privado no portal do governo. O Presidente esclarece que suas colocações foram porque o projeto do Fiscal Voluntário apareceu como um contraponto ao Projeto Governamental "Ouvidor Voluntário". O Conselheiro Eduardo Aires esclarece que a discussão no Conselho emergiu a partir da necessidade do fomento ao controle social, e que a idéia trazida pela AV Brasil coaduna com essa perspectiva, e o instrumento funcionaria como uma "newsletter", em que o cidadão indicaria dentre as despesas que o governo está realizando, quais irá querer receber informações, então o grupo de estudo é pra observar qual a viabilidade técnica desta iniciativa. O Conselheiro Waldir Leite Queiroz acrescenta que ao receber a informação haverá um link para que o cidadão faça algum tipo de denúncia ou comunicar





ESTADO DE GOIÁS  
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

alguma irregularidade naquela despesa. O Presidente diz que o projeto com essa concepção poderá avançar. O Presidente avança para o quarto ponto da ata, apresentando os resultados do Índice de Transparência da Associação Contas Abertas, esclarece que esta instituição em reunião do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), apresentou a metodologia de avaliação da transparência governamental a qual dava ênfase à usabilidade dos portais, em detrimento ao conteúdo, ao contrário do que ocorria anteriormente em suas avaliações, e que isso prejudicou sobremaneira a pontuação do Portal de Transparência do Governo de Goiás, com uma queda considerável na posição do estado no ranqueamento nacional, apesar do avanço de nosso portal na geração de relatórios. O Presidente destaca a importância da usabilidade como item principal da avaliação, para atender, inclusive, aquelas pessoas que não tem intimidade com a informática. O Conselheiro Dr. Hélio Telho também destaca a necessidade de observância da melhoria na usabilidade do serviço, e que ao acessar informações sobre despesas na consulta no Portal Goiás Transparente encontrou algumas dificuldades, até mesmo pelo volume de informações disponibilizadas, e que facilitaria a criação de tutoriais na forma de vídeo, que tivessem no máximo 30 segundos. O Presidente acrescenta que o termo de referência do assistente virtual já está em fase final de elaboração estará nos próximos dias disponível aos interessados, e que essa ferramenta atenderá a demanda por informações mais amigáveis. A Conselheira Maria D'Abadia esclarece que o manual do site de forma descritiva já está disponível no site. O Conselheiro Dr. Hélio Telho ressalta a necessidade de simplicidade e eficiência na busca por informações, citando como exemplo a página de pesquisa do mecanismo de pesquisa *Google*. O Conselheiro Jorge Jesus Bernardo, representante das Instituições Privadas de Ensino Superior, sugere que o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado de Goiás (SEMESG), entidade do qual ele é presidente, mobilize seus membros na divulgação do Portal da Transparência em suas páginas institucionais, acreditando que tal ação colaborará para o aprimoramento do portal. O Presidente solicita que a Secretaria Executiva providencie Ofício ao SEMESG para dar prosseguimento a tal iniciativa. O Conselheiro Dr. Hélio Telho destaca que para a divulgação do Portal da Transparência não é necessária autorização, uma vez que não existe direito autoral, e que o conteúdo é de domínio público, todavia havendo incentivo nesse sentido por parte das universidades é de muita valia e importância. O Conselheiro Jorge Jesus Bernardo





ESTADO DE GOIÁS  
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC


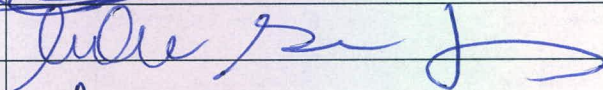
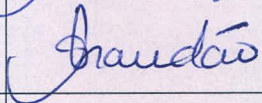
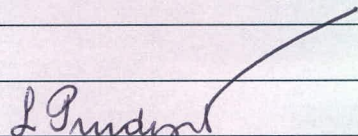
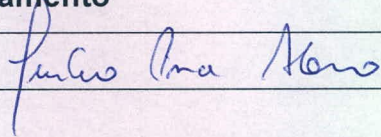
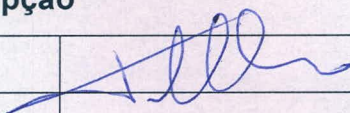
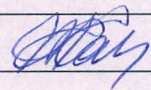
acrescenta ainda que nas universidades privadas existem grupos de pesquisa na área de TI e que se colocam à disposição do Conselho para qualquer tipo de contribuição nesta área. O Conselheiro Waldir Leite Queiroz, diz que a transparência não é só disponibilizar dados, mas sim traduzir dados e que o portal deveria disponibilizar dados comparativos, por exemplo, do Estado de Goiás com outros estados, trazer isso na abertura do site. O Conselheiro Walter Rodrigues diz que o Conselho poderá deliberar sobre isso, mas que isso não é do interesse do governo. O Conselheiro Dr. Hélio Telho diz que tal proposta é ousada e que as possibilidades de comparação são infinitas, e a não ser que se defina que de agora em diante, e nos próximos 4 anos as comparações serão fixas, a tendência é colocar só as comparações em que o governo encontra-se na frente, e onde isto não acontece ficará escondido. Ao colocar somente o que é do seu interesse, gera-se desinformação para o cidadão e propaganda governamental, e que isso é muito mais um papel das ONGs, da imprensa, dos partidos da oposição, do que do governo em si. O Conselheiro Waldir Leite Queiroz diz que poderiam ser definidos 4 parâmetros principais e que isso fosse fixado, a exemplo de dados simples sobre gastos. O Presidente ressalta que todas as sugestões são bem vindas e que a CGE tem se esforçado para atender a contento diante de todas as suas atribuições. O 5º e último ponto de pauta, teve como expositor o Conselheiro Paulo Henrique Nogueira, do Tribunal de Contas da União, que apresentou resultados do projeto de análise de dados governamentais a partir da perspectiva da governança, com base em dados de avaliação de políticas públicas, alternando o foco das auditorias entre os princípios da legalidade e a efetividade das políticas públicas. Após comentários e elogios dos demais pares o Conselheiro encerrou sua apresentação. O Presidente ressalta a importância desses estudos, lembrando que a visão do TCU é muito importante para demonstrar como o Governo Federal conduz as políticas públicas, e agradece a disponibilidade do Conselheiro em enriquecer a reunião. Findada a pauta o Presidente encerrou a reunião agradecendo a Deus e a presença de todos. Eu, Maria D'Abadia de Oliveira Borges Brandão, Secretária-Executiva do Conselho li a ata aos presentes que a aprovaram. Por ser verdade, firmamos o presente documento. -----

-----





ESTADO DE GOIÁS  
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

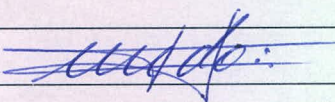
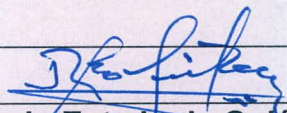
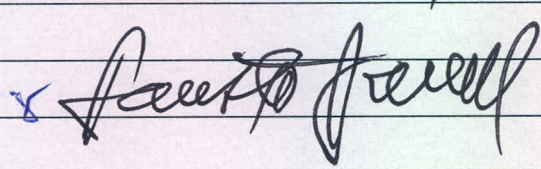
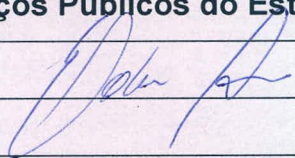
Nome	Assinatura
<b>Controladoria-Geral do Estado</b>	
Titular 1: Adauto Barbosa Júnior	
Suplente: André da Silva Goes	
Titular 2: (Secretária Executiva): Maria D'Abadia de O. B. Brandão	
Suplente: Juliano Martins Rodrigues	
<b>Secretaria de Estado da Casa Civil</b>	
Titular: Leila Maria Cunha Prudente	
Suplente: René de Rossini Rossi	
<b>Secretaria de Estado da Fazenda</b>	
Titular: Ivo César Vilela	
Suplente: Ovídio Alberto Rodrigues Laraich	
<b>Procuradoria-Geral do Estado</b>	
Titular: Walter Rodrigues da Costa	
Suplente: Marcelo de Souza	
<b>Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento</b>	
Titular: Gustavo de Pina Dias Adorno	
Suplente: Maria Christina de Azeredo Costa Reis	
<b>Fórum Goiano de Combate à Corrupção</b>	
Titular: Helio Telho Correa Filho	
Suplente: Paulo Henrique Nogueira	
<b>Associação Goiana de Imprensa</b>	
Titular: Aníbal Silva	
Suplente: Wagner Nasser	
<b>Fórum Empresarial</b>	
Titular: Valdir Leite Queiroz	
Suplente: Bartolomeu Braz Pereira	

-R J





ESTADO DE GOIÁS  
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

<b>Fórum dos Trabalhadores</b>	
Titular: Rherman de Souza Pires	
Suplente: Eurípedes Raphael Maia	
<b>Fórum das Universidades Privadas</b>	
Titular: Aline Fagner de Carvalho e Costa	
Suplente: Jorge de Jesus Bernardo	
<b>Universidade Federal de Goiás</b>	
Titular: Cleyzer Adrian da Cunha	
Suplente: Emerson Santana de Souza	
<b>Universidade Estadual de Goiás</b>	
Titular: Lacerda Martins Ferreira	
Suplente: Jeomar Barbosa Vaz	
<b>Ministério Público Estadual</b>	
Titular: Rodrigo César Bolleli Faria	
Suplente: Reuder Cavalcante Motta	
<b>Tribunal de Contas dos Municípios</b>	
Titular: Rodrigo Souza Zanzoni	
Suplente: Robson Batista Borges	
<b>Sindicato dos Gestores Governamentais do Estado de Goiás</b>	
Titular: Eudenisio Batista da Silva	
Suplente: Fausto Jaime	
<b>Ordem dos Advogados do Brasil</b>	
Titular: Alex Araujo Neder	
Suplente: Alexandre Magno de A. Guerra	
<b>Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos do Estado de Goiás</b>	
Titular: Eduardo Aires Berbert Galvão	
Suplente: Raniel Mascarenhas Rufo	
<b>Uniao Estadual dos Estudantes de Goiás</b>	
Lucas Ribeiro Marques	





ESTADO DE GOIÁS  
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

Cláudia herlaine Louredo Félix de Souza	
<b>Comitê para Democratização da Informática</b>	
Titular: Isabel Sampaio Antonácio Monteiro	<i>Isabel Sampaio</i>
Suplente: Quimico Iamamoto Pacheco	<i>Quimico Iamamoto</i>